

ARRANJOS MONO(BI)PARENTAIS E SUA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA¹

SINGLE(TWO)PARENTAL ARRANGEMENTS AND ITS BUDGET STRUCTURE

Márcia Barroso Fontes²
Simone Wajnman³
Gilvan Ramalho Guedes⁴

1. RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explorar a situação econômica dos domicílios monoparentais, comparativamente aos domicílios biparentais, considerando-se a possibilidade de ambos se arranjam com e sem extensão familiar. Por meio da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), delimitam-se os tipos de arranjos domiciliares e verificam-se como as subclassificações desses arranjos associam-se à perspectiva orçamentária, utilizando os métodos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e *Seemingly Unrelated Regressions* (SUR). Assim, identificando o perfil dos diferentes arranjos mensurados pela renda e dispêndio, estimula-se a discussão da necessidade do planejamento de políticas públicas, que tem como eixo as famílias, assegurando-lhes a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida.

Palavras-chave: Arranjo domiciliar. Monoparentais. Orçamento.

2. ABSTRACT

This study aims to explore the economic situation of single-parent households compared to two-parent households, considering the possibility of both are reacquainted with and without extended family. Through the National Research by Household Samples (PNAD) and the Household Budget Survey (POF), is delimited types of living arrangements and it appears as sub-classifications of these arrangements are associated with budgetary perspective, using methods Ordinary Least Squares (OLS) and *Seemingly Unrelated Regressions* (SUR). Thus,

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada: Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil: uma análise orçamentária, de autoria da 1^a autora.

² Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, Brasil. E. *E-mail*: marciabfontes@gmail.com

³ Professora do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: wajnman@cedeplar.ufmg.br .

⁴ Professor do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: rguedes@cedeplar.ufmg.br .

identifying the profile of the different arrangements measured by income and expenditure, stimulates the discussion of the need for planning public policies whose axis families, assuring them the greater well-being and quality of life individuals.

Keywords: home arrangement. Single parent. Budget.

3. INTRODUÇÃO

A transição demográfica modificou o padrão tradicional de organização das famílias, gerando impactos em seu tamanho, estrutura e composição. Assim, houve no Brasil incremento de determinados arranjos domiciliares, com destaque para os monoparentais chefiados por mulheres. Ao comparar esses domicílios com os biparentais, a literatura enfatiza a sua fragilidade econômica, caracterizando-a principalmente pela razão de dependência elevada e dificuldade da chefia em conciliar atividades produtivas e reprodutivas (CARVALHO, 1998; CARLOTO, 2005; WALDFOGEL et al., 2010). Entretanto, muitos estudiosos reconhecem que os arranjos monoparentais nem sempre expressam fragilidade face aos demais, não podendo, assim, relacioná-los com a pobreza de forma direta e unívoca (BILAC, 2002; CHANT, 2003; SABOIA; SOARES, 2004; COSTA et al., 2005). Para esses, diante do espaço conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho e no nível educacional, da diminuição da taxa de fecundidade e do amparo das famílias e das redes de apoio, as chefias monoparentais vêm desmistificando sua adjetivação de vulneráveis e beneficiando-se de uma situação socioeconômica mais confortável.

Dentro desse debate, problematiza-se que a fragilidade, ainda admitida para os arranjos monoparentais, se expressa em análises que privilegiam a composição da renda domiciliar como unidade básica de investigação. Essa mensuração monetária da fragilidade, no entanto, não reflete diretamente a dimensão do consumo, nem tampouco revela mecanismos diversos de recomposição de bem-estar, como a reconfiguração familiar.

É por isso que vários autores defendem o uso das variáveis de consumo em detrimento da renda para investigar o bem-estar das famílias e as mudanças nos padrões de vida ao longo do tempo (DEATON; ZAIDE, 2002; NETO; MENEZES, 2010; DOSS, 2013). Adicionalmente, é preciso reconhecer que a inobservância das estratégias utilizadas pelas chefias monoparentais para a recomposição de bem-estar também contribui para mascarar as condições econômicas dessas famílias. Para Favaro (2009), diante das dificuldades cotidianas,

as chefias monoparentais buscam alternativas voltadas para o reforço da base de recursos e do cuidado de seus membros. Dentre as alternativas, destaca-se a modificação da estrutura familiar em arranjos estendidos, como forma de partilha dos recursos financeiros e troca de cuidados (CHANT, 2007; FAVARO, 2009). Logo, é importante entender a situação econômica dos arranjos domiciliares, considerando a interface das dimensões da renda, do consumo e dos mecanismos de resistência à situação de vulnerabilidade que as famílias acionam na esfera privada.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é explorar a situação econômica dos domicílios monoparentais, comparativamente aos domicílios biparentais, por meio de indicadores orçamentários, considerando-se a possibilidade de ambos se arranjam com e sem extensão familiar. Especificamente, pretendem-se identificar a renda domiciliar *per capita*, assim como a posse de bens dos arranjos investigados, e estimar os dispêndios totais e por itens de despesa, considerando estruturas domiciliares distintas.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. As famílias monoparentais

Inicialmente tratado na sociologia, o termo família monoparental refere-se à mãe ou ao pai que vive sem cônjuge com um ou mais filhos. Embora não se trate de fenômeno novo, esse fato expandiu-se nas últimas décadas, deixando de ser prevalente nas classes populares, atingindo, também, os outros setores sociais (SAFA, 1999 *op. cit.*; FAVARO, 2009). Sua incidência tem sido, prioritariamente, na monoparentalidade feminina, resultado da permanência de desigualdades de gênero que associam o cuidado dos filhos às mulheres (MEDEIROS; OSORIO, 2000). Tradicionalmente, esse arranjo familiar era determinado em razão do falecimento do cônjuge, do celibato associado à procriação de filhos sem vínculo matrimonial, além da separação conjugal causada pela emigração. Com as mudanças demográficas e familiares, a explicação causal é centrada no divórcio e na fecundidade não marital, bem como na postergação para o casamento (WALL; LOBO, 1999).

Uma parte da literatura identifica-o como o mais vulnerável à pobreza. Outra parte acrescenta que o fato de criar filhos sem o pai vem contribuindo para a reprodução da pobreza nas novas gerações e, ainda, potencializando a desigualdade de renda. (BURTLES, 1999; MARTIN, 2006). Há, também aqueles que estabelecem essa tipologia familiar como *proxy* para o

desencadeamento de outros fatores de risco, como promiscuidade sexual, violência, abandono da escola, depressão e uso de drogas. (GOLDANI; LAZO, 2004; MCLANAHAN, 2004).

A justificativa da pobreza e dos fatores de risco é dada pelo *status* do responsável, que, por se tratar de mulheres que vivenciam o compartilhamento de tarefas reprodutivas e produtivas, prevalece a limitação de tempo e de recursos para investir em formação profissional, o que as impossibilita de buscarem alternativas melhores de trabalho. Inserem-se, assim, na informalidade e na condição de trabalhadoras temporárias, com escassas perspectivas de qualificação profissional. Consequentemente, essas recebem salários mais baixos, possuem menor proteção da legislação trabalhista e previdenciária, além de menores perspectivas de mobilidade ascendente nas carreiras. (BRUSCHINI, 2000; NOVELLINO, 2004).

Ainda assim, há aquelas que optam por um projeto familiar e solitário, pela procriação sem um parceiro, também denominada *Single Mother by Choice* (SMC). O rótulo induz uma posição superior na hierarquia entre as monoparentais, pela opção escolhida para conceber seu(s) filho(s), por terem, geralmente, elevado nível econômico, além de serem consideradas emocionalmente maduras e mais velhas. Apoiadas e reforçadas pelos princípios da igualdade, que defende a equidade de direitos e oportunidades entre os gêneros, tornam-se SMC e abrem possibilidades para a diversidade de estilos de vida pessoal e familiar (BOCK, 2000; RIVAS; JOCILES, 2011).

Ressalta-se que, na ausência do marido-pai, muitas mães sós com seus filhos buscam estratégias para conciliar o trabalho e o cuidado da prole. As estratégias disponíveis são variáveis em razão dos recursos disponíveis e dos serviços existentes. As mães com maior acesso financeiro recorrem ao mercado para contratação de trabalhadoras domésticas e, ou, serviços privados de cuidados. Já aquelas mais afetadas pela pobreza, a principal alternativa é a dependência familiar, sendo a coresidência com parentes uma importante forma de apoio utilizada pelas famílias monoparentais (WALL; LOBO, 1999). Há evidências de que tais parentes possam reforçar a base de recursos das famílias, incorporando renda extra ou facilitando o engajamento da família em atividades de geração de renda. Emocionalmente, proveem suporte social e emocional capaz de influenciar atitudes, aspirações e bem-estar (SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2001). Entretanto, o nível de bem-estar entre os indivíduos da família estendida depende do que o parente coresidente pode ou está disposto a oferecer, contra os custos adicionais do espaço compartilhado e da perda de privacidade dos familiares (CHANT, 2007).

4.2. As famílias biparentais

O modelo de família conjugal denominado *breadwinner*, com o homem no papel de provedor e a mulher de cuidadora do lar e dos filhos, por muito tempo representou o cenário propício para pro(criação) dos filhos. Prevalencia a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico era regida por diferentes princípios, em que as regras do mercado seriam aplicadas à produção, enquanto o trabalho doméstico seria um dote natural que as mulheres aportavam ao casamento em troca do seu sustento (SORJ, 2004).

No entanto, esse modelo veio declinando cada vez mais no mundo ocidental, inclusive no Brasil. Tais mudanças cedem espaço a novas e diferentes configurações familiares, como as famílias monoparentais, reconstituídas unipessoais, de casais sem filhos, de casais em coabitação ou do mesmo sexo etc. Fatores diversos se combinam para explicar e realimentar essa reconfiguração dos lares contemporâneos.

Vários estudos sobre estrutura familiar comparam o comportamento dos filhos oriundos de famílias biparentais, monoparentais e criados com um dos pais não legítimos. Esses enfatizam que as crianças que vivem com ambos os pais biológicos são associadas a uma série de resultados positivos, em relação ao desempenho acadêmico, bem-estar econômico e problemas comportamentais (SIGLE-RUSHTON; MCLANAHAN, 2002). Há autores que se dedicaram à associação da estrutura familiar e saúde infantil, demonstrando que as crianças oriundas de estruturas biparentais são menos propensas a terem problemas como acidentes e lesões (MACLANAHAN; SANDERFUL, 1994).

De acordo com Parke (2003), os efeitos positivos da biparentalidade sobre o bem-estar da criança são provavelmente derivados não só do casamento em si, mas de características distintas dos pais que se unem e permanecem unidos. Sua hipótese é de que há alguns benefícios no casamento, como o acesso ao seguro de saúde e os benefícios fiscais, que contribuem para o aumento da probabilidade de bem-estar da criança. Berger e Maclanahan (2012) enfatizam que a base jurídica e o apoio público, envolvidos na instituição do casamento, ajudam a criar condições propícias para o desenvolvimento de fatores que as crianças precisam para prosperarem-se consistentemente.

Independentemente disso, a família biparental tradicional vem dando lugar às mais diversas estruturas, seja pelo aumento de separações e divórcio, seja pelo aumento de famílias monoparentais ou, ainda, seja pelo acréscimo de casais de mesmo sexo.

4.3. Padrões de consumo e orçamento familiar

Os estudos de orçamentos familiares historicamente se apoiaram nas afirmativas de Ernest Engel sobre o impacto da renda nos gastos familiares. Na “Lei de Engel”, à medida que o rendimento das famílias cresce, o peso das despesas em alimentação tende a diminuir, aumentando, por sua vez, o peso das despesas com outros produtos e investimentos. Tal afirmativa indica aspectos como: famílias mais pobres investem a maior parte dos seus recursos em satisfazer as necessidades vitais como alimentar e, a menor parte, em morar e vestir. Quando aumentam os recursos familiares, a proporção de outros dispêndios além da alimentação passa a fazer parte integrante do orçamento das famílias, como a educação e o lazer (CALLEGARO, 1882 *op. cit.*; CARVALHO, 2010). Como aponta a teoria econômica, a renda é um dos principais condicionantes do consumo, porém não é a única. Ademais, ao tratar de gastos, considera-se que a demanda das famílias não é por um bem homogêneo, mas por vários produtos que se alteram com as mudanças no padrão demográfico, nas desigualdades sociais e nas preferências.

No plano demográfico, ressalta-se o ciclo de vida em que se descreve como a renda e os padrões de consumo se alteram ao longo da sucessão de etapas que medeiam a formação da família. A teoria do ciclo de vida evidencia que, embora a renda possa ter variações ao longo do tempo, os indivíduos preferem manter o nível de consumo constante ao longo da vida deles, Levando-os a pouparem (BAEK; HONG, 2004).

Além do ciclo de vida, a perspectiva de gênero aparece como outra variável capaz de explicar o comportamento de consumo e o orçamento das famílias. De forma geral, recursos em poder das mulheres têm efeito significativo sobre as alocações de despesas em educação, assim como em vestuário para os filhos. Já para os homens, especificamente na Etiópia e na Indonésia, a posse de bens sob o seu controle faz com que o consumo de álcool e fumo seja maior (Quisumbing; Maluccio, 1999).

O consumo depende, ainda, das alterações e da distribuição de renda e dos preços dos produtos. No Brasil, várias evidências apontam para mudanças no comportamento de compra dos indivíduos, facilitado pelo controle dos preços que permitiu o aumento da concessão de crédito às pessoas físicas, fazendo com que boa parte da população ganhasse maior poder de compra. Com isso, as pessoas conquistaram um novo padrão de consumo, acessando produtos diferenciados e, agora, diante de uma desaceleração econômica, desejam manter o que conquistaram (BERTASSO, 2006; MEDEIROS et al., 2006).

Pelos argumentos apresentados, observou-se que os indivíduos comportam-se de formas diferentes e suas decisões poderão levar a *trade-offs* com consequências. As estruturas familiares vão moldando o comportamento de consumo das famílias, podendo influenciar as necessidades individuais, bem como as transferências de tempo e recursos monetários entre os moradores (MEDEIROS; OSORIO, 2002).

5. BASE DE DADOS E MÉTODO

Para realizar este trabalho, foram utilizados dados de duas pesquisas feitas pelo IBGE: a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), por fornecerem dados diferenciados que complementam as informações necessárias para atender os objetivos propostos.

A PNAD caracterizou a situação socioeconômica dos domicílios de interesse. Elegeu-se uma série quinquenal com início em 1996 e término em 2011. O ano de 1996 coincidiu com o início do período pós-estabilização do Plano Real; e o de 2011 considerou os dados disponíveis mais recentes no momento do início desta pesquisa. Os anos de 2001 e 2006 foram os intermediários entre 1996 e 2011. Essa base forneceu as variáveis de renda, enquanto a POF identificou a estrutura dos gastos de acordo com a composição domiciliar. Para a POF, utilizou-se o biênio 2008-2009.

Optou-se por trabalhar apenas com os arranjos monoparentais chefiados por mulheres. Os chefiados por homens foram excluídos por causa da sua pequena representatividade. Quanto aos arranjos biparentais, embora tenha apresentado, também, representatividade reduzida para os chefiados por mulheres, não foi feito nenhum recorte nesse arranjo. Considerou-se, nesse caso, que há dificuldades na declaração da pessoa de referência pelos membros do domicílio, já que depende da subjetividade do respondente; e os critérios para seu apontamento são questionáveis.

Focalizou-se a existência de filhos e parentes com idades inferiores a 16 anos e igual ou superior a 16 anos, pois considerou-se que a presença de menores no domicílio influenciaria a quantidade e o tipo de produtos e serviços demandados pelos diferentes arranjos, influenciando as despesas e, conseqüentemente, a disponibilidade e o uso da renda. O corte de 16 anos atendeu aos critérios da Constituição Federal (Art. 7º, inc. XXXIII de 1998) e aos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943), que reconhecem a

necessidade de proibir o trabalho infantil, estabelecendo a idade mínima de 16 anos para o ingresso no mercado de trabalho.

Após o recorte e a eliminação dos domicílios que não foram de interesse para esta pesquisa, a amostra da base PNAD ficou constituída conforme está evidenciada na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição amostral dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e biparentais no Brasil em 1996, 2001, 2006 e 2011

Arranjos domiciliares	POF		PNAD	
	2008-2009		1996-2001-2006-2011	
	Freq.	%	Freq.	%
-				
Monoparental				
Sem extensão			47.751	19,19
Com criança	2.876	9,04	20.906	8,40
Com adulto	2.487	7,82	19.489	7,83
Com extensão				
Com criança	395	1,24	3.283	1,32
Com adulto	467	1,47	4.073	1,64
-				
Biparental				
Sem extensão				
Com criança	18.943	59,56	145.272	58,38
Com adulto	4.874	15,32	40.122	16,12
Com extensão				
Com criança	1.247	3,92	10.935	4,39
Com adulto	516	1,63	4.690	1,88
-				
Total	31.805	100,00	248.770	100,00

Fonte: Elaboração própria. Dados do IBGE: POF de 2008 e 2009; e PNAD de 1996, 2001, 2006 e 2011.

As variáveis de rendimento que compuseram a renda total dos arranjos foram o rendimento mensal oriundo de trabalho principal, secundário, outros trabalhos, aposentadoria/pensão de instituto de previdência ou governo federal, outros tipos de aposentadoria/pensão, abono de permanência, aluguel e doações; e rendimento mensal em valor dos produtos ou das mercadorias recebidas no trabalho principal, secundário, outros trabalhos e juro mensal de caderneta de poupança e outras aplicações. O somatório dessas variáveis dividido pelo número de moradores determinou a “renda domiciliar *per capita*” dos arranjos investigados.

Para construir as variáveis de consumo, utilizaram-se: despesas de 90 dias, despesas de 12 meses, outras despesas, despesas com serviços domésticos, caderneta de despesas, despesas individuais e despesas com veículos. Construíram-se as variáveis de interesse em cada

arquivo e, posteriormente, todos os arquivos foram mesclados a fim de formar um banco único.

A construção da variável “despesa domiciliar *per capita*” foi obtida por meio da soma dos diversos dispêndios monetários e não monetários médios mensais de todos os indivíduos residentes no domicílio, dividido pelo número de moradores do domicílio.

5.1. Método

Diante do interesse em averiguar os arranjos domiciliares segundo a renda e o dispêndio, estimou-se o valor predito desses parâmetros para os diferentes arranjos. Para isso, buscou-se inicialmente a equação que explica a variação da variável dependente pela variação dos níveis das variáveis independentes. O método adotado foi o dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Trata-se de uma técnica que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados. Assim, dada a equação:

$$Y_i = \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 X_i + \hat{u}_i \quad (1)$$

em que \hat{Y}_i é o valor estimado, e

$$\begin{aligned} \hat{u}_i &= Y_i - \hat{Y}_i \\ &= Y_i - \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 X_i \end{aligned} \quad (2)$$

em que \hat{u}_i (resíduos) são as diferenças entre os valores observados de Y e os estimados. O MQO adota o critério dos mínimos quadrados de tal modo que:

$$\sum \hat{u}_i^2 = \sum (Y_i - \hat{Y}_i) \quad (3)$$

$$= \sum (y_i - \hat{\beta}_1 - \hat{\beta}_2 X_i) \quad (4)$$

seja o menor possível. Ao elevar os \hat{u}_i^2 ao quadrado, esse método tenta ajustar a melhor reta, minimizando a soma dos quadrados das diferenças entre a curva ajustada e os resíduos. O método admite como requisitos a linearidade nos parâmetros, independência dos resíduos e aleatoriedade de sua distribuição (GUJARATI, 2006).

Primeiramente, combinou-se o perfil de rendimentos e o dos gastos por arranjo domiciliar. As variáveis dependentes incluídas nos modelos foram a renda e o gasto domiciliar *per capita*. A escolha das variáveis de controle privilegiou as características demográficas e socioeconômicas, que, de acordo com a teoria, explicam as variações na renda e nos gastos dos arranjos investigados.

Para validar o uso de tais modelos, realizaram-se testes empíricos como: *Variance Inflation Fator* (VIF), que auxilia na detecção da multicolinearidade; e Teste de *White*, que avalia a heterocedasticidade ou dispersão dos dados perante um modelo regredido.

Em seguida, buscou-se um método que representasse a alocação dos recursos das famílias, diante dos diversos tipos de despesas domiciliares e da restrição orçamentária. Propôs-se, nesse caso, o sistema de equações aparentemente não relacionado (*Seemingly Unrelated Regressions* – SUR), por se tratar de um sistema linear de modelos de equações com erros que são correlacionados entre equações para um dado indivíduo, mas que não estão correlacionados entre indivíduos. (ZELLNER, 1962). Assim, dada a restrição orçamentária, a decisão em alocar recursos em determinado item de despesa pode comprometer os outros itens de despesa no domicílio.

Sua técnica permite estimar um conjunto de parâmetros para um sistema de equações, considerando heterocedasticidade e correlação contemporânea entre os termos de erro das equações (ZELLNER, 1962). A especificação geral do sistema de regressões não relacionadas consiste em $j=1...m$ equações de regressão linear para $i=1...N$ indivíduos. A j_{th} equação para o indivíduo i é:

$$y_{ij} = x'_{ij}\beta_j + u_{ij}$$

Com todas as observações, o modelo para a j_{th} equação pode ser escrito como:

$$y_j = x'_j\beta_j + u_j$$

Podem-se unir as m equações dentro de um modelo SUR:

$$\begin{bmatrix} y_1 \\ \vdots \\ y_m \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} x_1 & \cdots & 0 \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ 0 & \cdots & x_m \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \beta_1 \\ \vdots \\ \beta_m \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} u_1 \\ \vdots \\ u_m \end{bmatrix}$$

Assume-se que o termo de erro é igual a zero e são independentes entre os indivíduos. Para um dado indivíduo, os erros são correlacionados pela equação:

$$E(u_{ij}u_{ij'} | x) = \sigma_{jj'} \text{ e } \sigma_{jj'} \neq 0, \text{ em que } j=j'$$

O termo de erro u_j satisfaz as seguintes suposições:

- Média do termo de erro: $E(u_j|x) = 0$
- Variância do termo de erro: $E(u_j u_j' | x) = \sigma_{jj} I_N$
- Covariância dos termos de erro em torno das equações j e j' : $E(u_j u_{j'}' | x) = \sigma_{jj'} I_N$, em que $j=j'$.

Em suma, as suposições indicam que a variância do erro é constante, mas alterna de uma equação para outra sinalizando a ocorrência de heterocedasticidade. Além disso, aponta para a existência da correlação contemporânea, ou seja, existe correlação entre os erros das diferentes equações para o mesmo período de tempo.

6. RESULTADOS

6.1. Perfil de rendimento e gastos

Na Tabela 2, evidenciam-se os resultados do modelo de regressão múltipla usado para testar a renda domiciliar *per capita* dos diferentes arranjos pesquisados, considerando fatores demográficos e socioeconômicos. Primeiramente, ressalta-se que a maioria das variáveis de controle apresentou sinal positivo, com exceção da *dummy*, que identifica domicílio em situação rural. Todas as variáveis foram significativas em nível de 5%.

O sinal positivo do conjunto de variáveis que identificaram os arranjos domiciliares sugere que todos possuem renda domiciliar *per capita* maior do que o arranjo-referência

(monoparental sem extensão e criança). Assim, pertencer ao domicílio monoparental sem extensão e filho adulto aumenta em 69% a renda domiciliar *per capita* em relação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. Da mesma forma, fazer parte de um domicílio monoparental com extensão e filho criança eleva em 23% a renda domiciliar *per capita*, em comparação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. O arranjo que teve a maior porcentagem de renda em relação ao arranjo-referência foi o biparental sem extensão e filho adulto com ganho de 78%.

Tabela 21 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre a renda domiciliar *per capita* entre os diferentes arranjos domiciliares no Brasil em 1996, 2001, 2006 e 2011

	Coeficiente	Desvio-padrão	P> t
Arranjos domiciliares			
Mono_semextensão_criança (omitida)			
Mono_semextensão_adulto	0,6991	0,0128	0,000
Mono_com extensão_criança	0,2315	0,0208	0,000
Mono_comextensão_adulto	0,6447	0,0182	0,000
Bipa_semextensão_criança	0,3549	0,0096	0,000
Bipa_semextensão_adulto	0,7829	0,0110	0,000
Bipa_comextensão_criança	0,5383	0,0124	0,000
Bipa_comextensão_adulto	0,7726	0,0163	0,000
-			
Região de residência			
Nordeste (omitida)			
Norte	0,1792	0,0081	0,000
Sudeste	0,3835	0,0061	0,000
Centro-Oeste	0,4601	0,0078	0,000
Sul	0,5005	0,0068	0,000
Situação do domicílio	-0,3109	0,0061	0,000
-			
Características socioeconômicas			
Branco	0,1799	0,0050	0,000
Idade chefe	0,0192	0,0002	0,000
Escolaridade chefe	0,1087	0,0005	0,000
Constante	3,3313	0,0148	0,000
Número de observações	248.825		
R ² ajustado	0,2933		
Significâncias de 5%			

Fonte: Elaboração própria. Dados do IBGE-PNAD de 1996, 2001, 2006 e 2011.

Quanto à região de residência, os arranjos situados na Região Norte possuem 17% a mais de renda domiciliar *per capita*, quando comparados com os situados no Nordeste. Os arranjos da Região Sul foram os que apresentaram maior ganho em relação à Região Nordeste, alcançando 50%. Em contrapartida, morar na zona rural diminui em média 31% a renda domiciliar *per capita* dos arranjos investigados. Isso condiz com a literatura ao mencionar que, apesar do incremento de oportunidades de geração de renda à população rural, as atividades que absorvem mão de obra rural são geralmente aquelas que remuneram pior e não exigem, na maioria das vezes, qualificação ou especialização profissional (AZZONI et al., 2005). Assim, são as condições no mercado de trabalho, sobretudo no meio urbano e nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que são mais modernizadas, que incrementam significativamente o rendimento das famílias.

Da mesma forma, características individuais como ser branco e escolaridade do chefe aumentam, respectivamente, em 17% e 10% a renda domiciliar *per capita* nos arranjos investigados. Por fim, a variável idade média do chefe, embora tenha apresentado relação positiva com a renda domiciliar *per capita*, incrementa apenas 1,9% no rendimento dos arranjos estudados.

De acordo com o arranjo tem filhos criança no domicílio, os monoparentais apresentaram renda inferior aos biparentais. Infere-se que essa maior fragilidade econômica dos monoparentais é associada, em grande medida, à vinculação das mulheres provedoras em trabalhos mal remunerados, informais, em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família (PINTO et al., 2011; CARVALHO, 1998). Da mesma forma, dado que o arranjo tem filhos adultos no domicílio, os monoparentais continuam com renda média *per capita* inferior aos biparentais.

Dado que o domicílio é mono(bi)parental e tem filhos criança, o fato de ter extensão familiar aumenta a renda *per capita* do domicílio. Chant (2007) evidencia em suas pesquisas o reforço na base de recursos pela incorporação de renda extra, com a presença de parentes nos domicílios monoparentais, embora essa autora não distinguiu esses domicílios pela idade dos filhos, conforme foi feito nesta pesquisa. Pelos resultados, quando há filhos adultos no domicílio mono(bi)parental essa situação se inverte, ou seja, a extensão familiar faz com que a renda *per capita* seja menor. De posse desse resultado, pode-se sugerir que o aporte do parente ao domicílio perpassa por duas situações: de um lado, concentram-se aquelas famílias que necessitam articularem papéis familiares e profissionais e deparam com circunstâncias

adversas, como a ausência de instituições para cuidar das crianças pequenas ou a falta de recursos para remunerar um profissional para realizar essas tarefas. Nesse caso, a demanda dessas famílias por parentes para corresidir aponta para a garantia de apoio assistencial aos membros familiares, tratando-se de pessoas que provavelmente liberam os membros adultos para trabalhar, o que indiretamente contribui para o ganho de renda da família. Autores como Oliveira (1992), Butto (1998) e Favaro (2009) discutem essas possibilidades, indicando que as redes referenciadas nas mulheres, como tias, sogras, mãe, avós etc., são importantes fontes de amparo nos momentos de necessidades. Do outro lado, agrupam-se aquelas famílias que vivenciam um estágio mais avançado no ciclo de vida e necessitam, muitas vezes, acolher parentes que enfrentam limitações de diversas ordens como sociais, econômicas, psicológicas, comportamentais ou de incapacidade. Um aspecto essencial para a compreensão desse fenômeno tem relação com o apoio da família a parentes, que necessitam de moradia para estudar ou trabalhar ou idosos dependentes.

Por fim, pode-se perceber que em algumas situações os domicílios monoparentais têm renda domiciliar *per capita* superior aos biparentais. Isso acontece na presença ou ausência de parentes corresidentes e filhos adultos, quando comparados aos domicílios biparentais com e sem parentes e filhos criança. De acordo com esse dado, a falta do cônjuge parece ser compensada pela contribuição dos filhos adultos para o incremento da renda familiar. Pode-se inferir, ainda, que a renda exígua de um casal com filho criança pode ser fundamentada na opção de muitas esposas em cuidar das crianças a trabalhar remuneradamente fora de casa, o que aumenta a razão de dependência, já que o marido passa a ser o único provedor daquele domicílio.

6.2. Gasto agregado dos arranjos domiciliares

Os resultados do modelo de regressão múltipla do efeito das variáveis que explicam o gasto total domiciliar *per capita* dos arranjos averiguados estão apresentados na Tabela 3.

Pode-se observar, primeiramente, que os coeficientes dos diferentes arranjos aqui investigados apresentaram sinal positivo. Isso significa que todos possuem dispêndio superior ao arranjo-referência. Assim, pertencer ao domicílio monoparental sem extensão e filho adulto aumenta em 30% o gasto domiciliar *per capita*, em relação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. Da mesma forma, estar inserido em um domicílio biparental com extensão e filho criança eleva em 9,4% o gasto domiciliar *per capita*, em comparação ao domicílio monoparental sem extensão e filho criança. O arranjo que teve maior gasto sobre o

domicílio-referência foi o biparental sem extensão e filho adulto com 35%, e o que teve o menor foi o biparental sem extensão e filho criança, com 8,7%.

Tabela 3 – Coeficientes estimados a partir do modelo de regressão múltipla para análise do efeito das variáveis apresentadas sobre o gasto total domiciliar *per capita* entre os diferentes arranjos domiciliares no Brasil em 2008 e 2009

	Coeficiente	Desvio-padrão	P> t
-			
Arranjos domiciliares			
Mono_semextensão_criança(omitida)			
Mono_semextensão_adulto	0,3074	0,0226	0,000
Mono_com extensão_criança	0,0424	0,0383	0,268
Mono_comextensão_adulto	0,2773	0,0383	0,000
Bipa_semextensão_criança	0,0876	0,0155	0,000
Bipa_semextensão_adulto	0,3539	0,0202	0,000
Bipa_comextensão_criança	0,0949	0,0242	0,000
Bipa_comextensão_adulto	0,3030	0,0336	0,000
-			
Região de residência			
Nordeste (omitida)			
Norte	0,1786	0,0137	0,000
Sudeste	0,2584	0,0128	0,000
Centro-Oeste	0,1532	0,0154	0,000
Sul	0,3575	0,0155	0,000
-			
Situação do domicílio			
Rural	-0,3335	0,0120	0,000
-			
Características socioeconômicas			
Branco	0,1885	0,0110	0,000
Idade chefe	0,0039	0,0004	0,000
Escolaridade chefe	0,0155	0,0010	0,000
Renda	0,0003	0,0000	0,000
Constante	4,8523	0,0251	0,000
-			
Número de observações	31.662		
R ² ajustado	0,3969		
Significâncias de 5%			

Fonte: Elaboração própria. Dados do IBGE: POF de 2008 e 2009.

Todas as variáveis de controle foram significativas com exceção daquela que identificou o arranjo monoparental com extensão e filho criança.

As Regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram efeito esperado sobre a Região Nordeste (categoria de referência), ou seja, todas evidenciaram relação positiva na determinação dos dispêndios, indicando um gasto maior dos arranjos que moram nessas regiões. Os arranjos da Região Sul demonstraram maior gasto em relação aos da região de referência; já os da Centro-Oeste tiveram menor gasto.

O coeficiente da variável que identificou a situação censitária também foi altamente significativo para a análise do dispêndio de moradores da zona rural. Nesse caso, morar na zona rural diminuiu em 33% o gasto dos arranjos investigados. Esse resultado reflete a menor oferta de produtos e serviços nessas localidades, fazendo com que o consumo seja menos elevado em relação aos residentes da área urbana. Além disso, a produção para o autoconsumo e a troca de excedentes interdomiliares que se praticam na zona rural contribui para a diminuição dos gastos das famílias.

Da mesma forma, indicadores socioeconômicos como ser branco, idade do chefe, escolaridade do chefe e renda aumentaram respectivamente em 18%; 0,3%; 1,5%; e 0,03% a média do gasto domiciliar *per capita* dos arranjos aqui tratados.

Ressalta-se a influência do parente corresidente na estrutura orçamentária dos arranjos mono(bi)parental com criança; ou seja, o parente, possibilita o aumento da renda e dos gastos. Possivelmente, trata-se de indivíduo que se insere no domicílio para ajudar a família, proporcionando aporte às crianças. O aumento da renda familiar pode ser em razão da contribuição de renda adicional do parente (oriunda do mercado, aposentadoria ou pensão) ou da possibilidade do parente em liberar a família para trabalhar. Destaca-se que o parente do domicílio mono(bi)parental com criança ao contribuir com aporte financeiro, além de cuidado às crianças no domicílio onde vive, provavelmente, não sinta estimulado em colaborar na diminuição dos gastos domésticos, por meio da economia de recursos que ele possa possibilitar. Tendo, ainda, idade avançada pode ampliar os gastos em razão de demandas específicas.

Sendo o arranjo formado por adulto, o parente apresentou comportamento diferente. Nesse caso, a presença dele diminuiu o gasto domiciliar *per capita*, tanto no monoparental quanto no biparental.

Ao investigar o resultado da renda e dos gastos concomitantemente, evidenciou-se o contexto de solidariedade que se firma entre os membros do domicílio; ou seja, o parente no domicílio

mono(bi)parental com filho adulto permite diminuir a renda e o consumo. Assim, ao mesmo tempo em que o parente recebe auxílio, evidenciado na diminuição da renda *per capita* domiciliar, oferece sua contribuição, na medida em que, mesmo sendo um indivíduo a mais no domicílio, os custos de consumo não são aumentados. Isso corrobora com Leal et al. (2006), os quais mencionaram que ainda que o parente não ofereça uma contribuição econômica direta, esses podem gerar receitas para as famílias que as recebe. Como exemplo, podem-se mencionar a economia de serviços e o melhor uso dos recursos que o parente pode fornecer. Tais autores identificam a contribuição do parente em serviços como a socialização das crianças, a manutenção da roupa e o preparo de refeições que auxiliam na economia doméstica.

6.3. Dispêndios por itens de consumo dos arranjos domiciliares

Na Tabela 4, apresenta-se o resultado dos valores proporcionais médios referentes aos gastos com itens de despesas domiciliares. Tais valores foram calculados após a estimação do SUR, em que foram consideradas, em cada equação, as proporções de despesas em razão dos diferentes arranjos e das demais variáveis de controle. Assim, ainda que as diferenças apresentadas sejam sutis, essas revelam a forma distinta pela qual os arranjos definem seus itens de consumo.

Tabela 4 – Distribuição dos domicílios monoparentais femininos e biparentais quanto à despesa mensal domiciliar, segundo tipo de despesa no Brasil em 2008 e 2009

	Monoparental sem extensão		Monoparental com extensão		Biparental sem extensão		Biparental com extensão	
	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto	Com criança	Com adulto
-								
Alimentação	25,31	21,46	23,70	24,37	23,81	21,43	22,80	23,94
Habituação	26,34	25,19	26,60	23,48	22,39	20,73	22,65	21,24
Transporte	8,18	11,00	8,43	12,67	12,96	14,38	12,22	14,27
Vestuário	8,09	6,30	8,12	7,12	6,91	5,92	7,32	6,61
Saúde	5,36	9,24	6,51	9,29	5,37	8,18	8,01	9,31
Lazer	2,31	2,31	2,57	1,96	2,16	2,22	2,24	2,16
Educação	4,08	2,76	4,19	2,89	3,51	3,38	3,50	3,17
Higiene	3,96	3,16	3,69	3,51	3,03	2,83	3,17	3,16
Fumo	0,45	0,68	0,67	0,76	0,45	0,56	0,62	0,64
Serviços pessoais	1,52	1,53	1,51	1,49	1,14	1,30	1,29	1,32
Despesas diversas	2,41	2,62	2,48	3,13	2,76	3,28	2,68	3,66
Despesas correntes	2,41	4,60	3,96	3,98	4,01	5,34	3,85	4,71
Aumento ativo	6,84	6,65	5,39	3,24	8,72	7,96	6,20	3,60

Diminuição passivo	2,75	2,50	2,17	2,10	2,76	2,49	3,43	2,22
Total	100,0							
	0							

Fonte: Elaboração própria. Dados do IBGE: POF de 2008 e 2009.

Observa-se que as despesas mais imediatas, como aquelas realizadas com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente as necessidades e desejos pessoais dos membros da família, correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas dos arranjos investigados. Tais despesas correspondem a alimentação, habitação, transporte, vestuário, saúde, lazer, educação e higiene. Esse resultado corroborou com os apresentados pelo IBGE (2010), cuja estimativa da participação dessas despesas na despesa total foi de 81,3% para as famílias brasileiras. Nota-se que os gastos com alimentação, habitação e transporte constituem-se as maiores despesas perpassando por aproximadamente 58% da média mensal total de gastos dos arranjos aqui tratados. Porém, as participações nesses gastos segundo os grupamentos de arranjos diferiram significativamente. De forma geral, na alimentação e habitação, a proporção nos gastos dos monoparentais superou a dos biparentais; no transporte, essa relação se inverteu, com a participação dos biparentais suplantando a dos monoparentais. Uma das hipóteses explicativa para essas diferenças refere-se à composição de gênero das chefias monoparentais e biparentais. Assim, conforme Pinheiro e Fontoura (2007), Mehra et al. (2000) e Chant (2007), as mulheres priorizam seus gastos relacionando-os ao atendimento das necessidades e dos desejos dos membros da família, enquanto os homens, às responsabilidades voltadas aos aspectos pessoais e materiais.

Chama a atenção o peso mais elevado da participação das despesas com habitação nos domicílios com criança comparativamente aos com adultos. Nesse caso, domicílios com menor nível de renda, que correspondem àqueles com a presença de crianças, gastam mais com habitação. Cabe destacar, a elevada participação do aluguel na renda dos arranjos mais vulneráveis, o que, muitas vezes, compromete a capacidade das famílias em atender outras necessidades básicas. Infere-se que a presença de filhos criança indica, em geral, idade jovem dos responsáveis para aquisição de grande porte, como é o caso da compra de um imóvel. Assim, são esses arranjos que mais dependem do aluguel, como alternativa de moradia, resultando em ônus mais elevado na média dos gastos com habitação.

Os gastos com vestuário e educação tiveram maior participação nos arranjos com filhos crianças, atendendo o padrão esperado. A criança tende a gastar maior quantidade de roupas

por causa do crescimento físico natural e da própria natureza, que a propicia participar de atividades físicas, como esportes e brincadeiras diversas. Isso desgasta mais intensamente as vestimentas, exige maior higienização, demanda a substituição dessas e, conseqüentemente, aumentam os gastos com o vestuário.

Observa-se que a participação das despesas com o vestuário, registrada para os arranjos monoparentais, foi maior quando comparada aos biparentais. Pode-se supor que prevalecem entre os monoparentais traços emocionais que induzem atitudes compensatórias materializadas na compra de roupas, sapatos e acessórios. Assim, a falta do pai/cônjuge, a dedicação demasiada da mãe ao trabalho em detrimento aos filhos e a necessidade de ser aceito perante as regras do grupo podem estimular o desejo de adquirir produtos que conferem adorno e melhoram a autoestima.

Nota-se, também, que a presença do parente no domicílio aumenta a proporção do gasto em vestuário nos domicílios com criança. A hipótese explicativa para esse fenômeno pauta-se no sentimento de permuta do parente por ser acolhido pela família, levando-o a expressá-lo por meio das doações de objetos atrelados ao afeto e à gratidão.

No que se refere aos gastos com a educação, verifica-se sua maior participação quando os filhos são crianças. Para Silveira e Bertasso (2004), em famílias com filhos pequenos, é alto o gasto com cursos regulares e pré-escolares, que, em sua maioria, são oferecidos pela rede de ensino privada, o que acaba por aumentar o peso das despesas com educação.

O fumo foi o componente de menor gasto, tendo maior expressão entre os arranjos com filhos adultos. Os monoparentais tiveram maior participação nesse gasto, corroborando com Kalil e Ryan (2010). Para esses autores, razões subjetivas associadas ao preenchimento de lacunas emocionais são apontadas para o consumo do tabagismo. Nesse caso, a falta do cônjuge/pai, por exemplo, pode induzir à sensação de ansiedade e estresse, oriundos da maior possibilidade de tensões do trabalho e das responsabilidades domésticas, aumentando a propensão ao uso e, conseqüentemente, ao dispêndio do fumo.

Os domicílios monoparentais apresentaram maior proporção de dispêndio nos componentes higiene e cuidados pessoais. Por serem dirigidos por mulheres, a explicação pode ser centrada na teoria de gênero, que trata da construção social dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher. Assim, artigos como cremes, perfumes e produtos de beleza figuram no imaginário coletivo como pertencentes ao universo feminino. Logo, as meninas desde cedo

são estimuladas a utilizarem tais artigos, e os meninos, ao contrário, são desencorajados por confrontar com características de virilidade e masculinidade (PINHEIRO; FONTOURA, 2007).

Quanto ao componente saúde, verifica-se gasto maior nos domicílios onde os filhos são adultos e nos onde o parente reside com a família. Famílias em que os membros são adultos podem ter uma despesa mais elevada pelo ônus maior em planos de saúde e remédios. Já aquelas com parente, o encargo maior concentra-se principalmente se o parente é idoso. O envelhecimento aumenta as despesas porque os idosos são usuários mais frequentes de serviços médicos mais complexos e internações mais prolongadas.

Os domicílios biparentais gastam proporcionalmente mais com aumento de ativos, quando comparados aos monoparentais. Esse resultado era esperado já que tais domicílios são, na maioria das vezes, chefiados por homens que auferem maiores salários e valorizam mais esse tipo de gasto. Além disso, os chefes se sentem estimulados à aquisição desses bens por aumentar o patrimônio familiar e por conferir *status* e prestígio mediante a sociedade. Fato curioso foi que as proporções são maiores quando os filhos são crianças, pois, muitas famílias, nesse momento, não dispõem de renda suficiente para aquisição de patrimônio. Contudo, é exatamente nessa fase que afloram as necessidades de bens como casa própria, terrenos, veículo etc.; e muitas famílias estão dispostas a adquiri-los mesmo mediante endividamento, financiamentos ou empréstimos. Analogamente, os domicílios que investem na ampliação do patrimônio familiar possuem maiores gastos com a diminuição do passivo em que estão incluídas as despesas com pagamentos de débitos, juros com empréstimos pessoais, dívidas judiciais, carnês de mercadorias e prestação de financiamento de imóvel.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem que a situação econômica dos arranjos investigados do ponto de vista da renda e do dispêndio domiciliar *per capita* é influenciada prioritariamente pelo fato de ter crianças no domicílio. Esse resultado dialoga com a literatura que atesta que a presença de filhos crianças é uma característica determinante nas famílias pobres, já que aumenta a razão de dependência e os custos da economia doméstica (SABOIA; SOARES, 2004; SIGLERUSHTON; MCLANAHAN, 2002). Conclui-se que o fator principal de fragilidade econômica é a idade dos filhos e não a falta de cônjuge no domicílio. Assim, considerando

renda e despesa *per capita*, revela-se uma medida de bem-estar por caracterizar a apropriação dos indivíduos; domicílios onde os filhos são adultos encontram-se em melhor situação econômica, quando comparados com aqueles que têm crianças.

Chama a atenção o aporte deste trabalho à literatura vigente, no que se refere ao perfil e à contribuição econômica do parente corresidente nos domicílios monoparentais e biparentais. Pela indicação dos resultados, a extensão familiar tem características diferentes que variam em razão da idade dos filhos dos arranjos analisados. Nos domicílios mono(bi)parentais com filhos crianças, o parente corresidente contribui para aumentar a renda e o consumo. Trata-se de pessoas com idade média avançada que, possivelmente, sejam os avós que corresidem com as famílias para prestar cuidado às crianças pequenas, diante da necessidade de trabalho dos pais e da precariedade dos sistemas públicos de proteção aos menores. Ganhos oriundos do trabalho, aposentadoria ou pensões desses parentes incrementam a renda e posse de bens no domicílio. Contudo, o consumo da família é ampliado pela presença de mais um membro e pelas demandas inerentes desse parente. Já nos domicílios mono(bi)parentais com filhos adultos, o parente corresidente diminui a renda e o consumo. Apresenta idade média mais jovem, quando comparado com o parente que correside em domicílios mono(bi)parentais com filhos crianças. Pressupõem-se ser indivíduos que necessitam de moradia para estudar ou trabalhar, além da proximidade física da família para receber companhia e suporte econômico. Esse parente possibilita intercâmbio de ajuda, pois se por um lado enfraquece a renda da família, por outro contribui com pertences, ofertando bens e serviços à família. Ademais, é capaz de diminuir o consumo possivelmente pela prestação de ajuda na redução dos gastos domésticos, por meio da economia de recursos.

Pelos resultados encontrados, pode-se concluir que a fragilidade econômica deve ser relativizada em razão do parâmetro que se utiliza para avaliá-la e da estrutura domiciliar a qual se refere. O fato de se terem crianças no domicílio é o único indicador que fragiliza economicamente todos os arranjos mediante as condições aqui impostas. Tendo crianças no domicílio, a monoparentalidade fragiliza-o nos parâmetros renda e consumo; tendo adultos no domicílio, a monoparentalidade fragiliza-o em termos de renda e posse de bens.

Ao decompor as despesas nos diversos itens, deduz-se que as despesas com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e aos desejos pessoais dos membros da família correspondem ao mais importante componente da estrutura de despesas para todos os tipos de domicílios aqui tratados; e, entre essas, a alimentação, a habitação e o

transporte tiveram maior participação nos gastos. Esses achados corroboraram com estudos já realizados, referendando o que rege a literatura. Trabalhos como o de Carvalho (2010), Diniz et al. (2007), Pinheiro e Fontoura (2007) e IBGE (2010) já estimaram essas proporções e chegaram a resultados semelhantes. No entanto, diante da desagregação dos arranjos que este trabalho se propôs, resultados não surpreendentes, mas novos nos estudos sobre padrões de consumo dos arranjos familiares, puderam ser verificados. Assim, nos domicílios mono(bi)parentais, onde os filhos são crianças, ao serem comparados com aqueles onde os filhos são adultos, registraram-se participações mais elevadas quanto ao gasto com habitação, vestuário, educação e lazer. Em contrapartida, nos domicílios onde os filhos são adultos, as maiores rubricas de consumo foram as de saúde, transporte e fumo.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para uma extensa agenda de pesquisa que vai muito além do escopo deste trabalho, que utiliza não somente análises estatísticas, mas a combinação de metodologias para entender as relações mais complexas do orçamento das famílias. Assim, a partir deste trabalho, espera-se que vários outros sejam realizados como forma de validar os resultados aqui apresentados, sejam para aperfeiçoá-los, consolidá-los ou mesmo rejeitá-los.

8. REFERÊNCIAS

AZZONI, C. (Coord.); SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. I.; IBARRA, A.; DINIZ, B.; MOREIRA, G. *Perfis dos rendimentos e dos orçamentos familiares brasileiros: o que diferencia o rural?* São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 2005.

BAEK, E.; HONG, Gong-Soog. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. *Journal of Family and Economic Issues*, v. 25, n. 3, p. 359-385, 2004.

BERGER, L. M.; MCLANAHAN, S. S. *Child wellbeing in two-parent families: how do resources, relationships, and Parenting Matter?* Princeton: University of Wisconsin, 2012. (Fragile Families Working Paper, 11-13-FF).

BERTASSO, B. F. Consumo alimentar dos brasileiros metropolitanos. In: _____. *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 213-226, 2006.

BILAC, E. D. *Gênero, arranjos domésticos e (in)satisfação de necessidades básicas*. Campinas, SP: NEPO/Unicamp, 2002.

BOCK, J. D. Doing the right thing? Single mothers by choice and the struggle for legitimacy. *Gender & Society*, v. 14, n. 1, p. 62-86, 2000.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho feminino no Brasil. Novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995. In: ROCHA, M.I.B. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP/NEPO/Unicamp/Cedeplar-UFMG/Editora 34, 2000.

BURTLESS, G. Effects of growing wage disparities and changing family composition on the U.S. income distribution. *European Economic Review*, Washington, v. 43, p. 853-865, 1999.

BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, v. 4, n. 4, p. 1-17, 2005.

CARVALHO, L. M. S. S. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 7-33, 1998.

CARVALHO, A. A. *Padrão de consumo dos arranjos familiares e das pessoas sozinhas no Brasil: uma análise por gênero e estratos econômicos*. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado) – ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2010.

CHANT, S. *Female household headship and the feminization of poverty: facts, fictions and forward strategies*. London: Gender Institute, 2003. (New Working Paper Series. 9).

CHANT, S. *Poverty begins at home? Questioning some (mis)conceptions about children, poverty and privation in female-headed households*. Revised paper for UNICEF Report on State of the World's Children 2007. Disponível em: <www.unicef.org/socialpolicy/index_45205>. Acesso em: 17 mar. 2014.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M. *A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2005. 47 p. (Textos para Discussão, 1137).

DEATON, A. *Guidelines for constructing consumption aggregates for welfare analysis the World Bank*. Washington, D.C.: World Bank, 2002. (Working Paper, 135).

DOSS, C. Intrahousehold bargain and resource allocation in developing countries. *The World Bank Research Observer*, v. 28, n.1, p. 52-78, 2013.

FAVARO, C. S. *Ser pai e mãe ao mesmo tempo: organização doméstica, estratégias familiares e redes sociais de mulheres chefes de domicílios monoparentais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

GOLDANI, A. M.; LAZO, A. V. *Brasil: desafios de políticas para as famílias*. Santiago: CEPAL, 2004.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006. 811 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro, 2010.

KALIL, A.; RYAN R. M. Mother's economic conditions and sources of support in fragile families. *Future Child*, v. 20, n. 2, p. 39-61, 2010.

MARTIN, M. A. Family structure and income inequality in families with children. *Demography*, v. 43, n. 3, p. 421-445, 2006.

McLANAHAN, S. Diverging destinies: How children are faring under the second demographic transition. *Demography*, v. 41, n. 4, p. 607-627, 2004.

MCLANAHAN, S.; SANDEFUR, L. R. *How do marriage, cohabitation, and single parenthood affect the material hardships of families with children?* Washington, DC: Urban Institute, 1994. Disponível em: <www.urban.org>. Acesso em: 13 maio 2013.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil: 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 17, n. 1/2, p. 67-85, 2000.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. *Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 a 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 886).

MEDEIROS, M.; CARVALHO, M.; BARROS, R. P.; SOARES, S. Notas técnicas sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

MEHRA, R.; ESIM, S.; SIMMS, M. *Fulfilling the beijing commitment: reducing poverty, enhancing women's economic options*. Washington, D.C.: International Center for Research on Women, 2000.

NETO, R. M. S.; MENEZES, T. A. Nível e evolução da desigualdade dos gastos familiares no Brasil: uma análise para as regiões metropolitanas no período 1996 a 2003. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 341-372, 2010.

NOVELLINO, M. S. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2004.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, S. O. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). *Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas*. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

PINTO, R. M. F.; MICHELETTI, F. A. B. O.; BERNARDES, L. M.; PACHECO, J. M.; FERNANDES, A. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social*, São Paulo, n. 105, p. 167-179, 2011.

RIVAS, A. M.; JOCILES, M. I. Las madres solteras por elección ¿Ciudadanas de primera y madres de segunda? *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, v. 69, n. 1, p. 121-142, 2011.

SABOIA, A. L.; SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. *Niterói*, v. 4, n. 2, p. 53-71, 2004.

SIGLE-RUSHTON, W. ;McLANAHAN, S. *The living arrangements of new unmarried mothers*. Center for Research on Child Wellbeing. Princeton: Princeton University, 2001. (Working Paper, 01-15-FF).

SIGLE-RUSHTON, W.; McLANAHAN, S. The living arrangements of new unmarried mothers. *Demography*, v. 39, n. 3, p. 415-433, 2002.

SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. Tipologia socioeconômica das famílias das grandes regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu, MG, 2004.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WALDFOGEL, J.; CRAIGIE T. L.; BROOKS-GUNN, J. Fragile families and child wellbeing. *The Future of Children*, v. 20, n. 2, p. 87-112, 2010.

WALL, K.; LOBO, C. Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, v. 34, n. 150, 1999.

ZELLNER, A. An efficient method of estimating seemingly unrelated regressions and tests for aggregation bias. *Journal of the American Statistical Association*, New York, v. 57, n. 298, p. 348-368, 1962.